



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

**ACTA NÚMERO 42/XI/1ª**

**27.Abril.2010 – 16h00**

Aos 27 dias do mês de Abril de 2010, pelas 16h00, reuniu na Sala 11 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação da acta**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Petição n.º 51/XI/1ª** que “Solicitam a suspensão e posterior alteração, do regime de prescrições no ensino superior, previsto no artigo 5.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto”

- **Audição dos Peticionários**
- **Deputada Relatora:** Antonieta Guerreiro – PSD

**5. Projecto de Lei n.º 186/XI (BE) – Cria o Estatuto do Estudante a Tempo Parcial**

- **Apresentação e votação do Parecer**
- **Deputado Relator:** Miguel Tiago – PCP

**6. Projecto de Lei n.º 193/XI (CDS-PP) – Cria os gabinetes de apoio ao aluno e à família nos agrupamentos de escolas e escolas não integradas.**

- **Apresentação e votação do Parecer**
- **Deputado Relator:** Conceição Casa Nova - PS

**7. Petição n.º 31/XI/1ª** “Pela salvaguarda do edifício da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha”.

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Relatora:** Teresa Damásio – PS

**8. Requerimento do BE, que requer a audição do Director dos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra - Dr. Jorge Gouveia Monteiro, para prestar informações sobre o regime de atribuição e pagamento de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior.**

- **Apreciação e votação**

**9. Outros Assuntos**

**10. Data da próxima reunião**



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

**Dia 04.Maio.2010 - 16h00**

.....

### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Ordem do Dia foi aprovada, por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

### **2. Aprovação da acta**

A acta da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

### **3. Comunicações do Presidente**

**3.1.** O Senhor Presidente comunicou que, a pedido do Senhor Deputado José Manuel Rodrigues, relator do parecer sobre “Portugal na União Europeia – 2009”, foi adiada, para a próxima reunião da Comissão, a apreciação do respectivo parecer.

**3.2.** Devido à greve de funcionários parlamentares, agendada para o dia seguinte, a Secretária-Geral da Assembleia da República dirigiu uma comunicação ao Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, informando da impossibilidade de realização da audição com a Ministra da Educação, agendada para o dia 28 de Abril.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) questionou o Senhor Presidente, no sentido de saber se tinha sido já encontrada uma nova data para a audição da Ministra da Educação, ao que o Senhor Presidente respondeu que iria, nesse mesmo dia, tomar diligências nesse sentido.

**3.3.** Comunicou ainda que foi distribuída uma listagem das escolas a visitar, no âmbito da temática da *Administração e Gestão Local da Educação*, tendo-se sugerido os dias 10 de Maio e a manhã do dia 11, propondo-se que cada visita seja efectuada por 2 ou 3 deputados.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) pronunciou-se, referindo-se à dificuldade de o seu Grupo Parlamentar poder assegurar a participação nestas visitas, visto que a segunda-feira é o dia dedicado ao contacto com o eleitorado.

**3.4.** Referiu-se ainda à tolerância de ponto prevista para a tarde do dia 11 de Maio, propondo que a reunião da Comissão, agendada para esse dia, possa ter lugar no dia 12, às 10h00, o que foi aceite por todos.

**3.5** Referiu-se, de seguida, aos vários Projectos de Lei que baixaram à Comissão, tendo sido estabelecida a seguinte calendarização:

- Projecto de Lei n.º 229/XI/1ª-BE – “Altera o Decreto-Lei n.º.75/2008, de 22 de Abril, regime de autonomia, administração e gestão dos Estabelecimentos públicos da Educação pré-escolar e dos Ensino Básico e Secundário”

Relator: A indicar pelo PSD  
Apresentação na Comissão: 12.Maio.2010  
Apreciação e votação do Parecer: 18.Maio.2010

- Projecto de Lei n.º 230/XI/1ª-BE - Altera o decreto-lei 41/2007, de 21 de Fevereiro, impossibilitando a transferência de património publico para a Parque Escolar, EPE

Relator: A indicar pelo PS  
Apresentação na Comissão: 12.Maio.2010  
Apreciação e votação do Parecer: 18.Maio.2010

- Projecto de Lei n.º 231/XI/1ª – BE - Elimina o regime excepcional de contratação publica da Parque escolar, EPE

Relator: A indicar pelo PSD  
Apresentação na Comissão: 12.Maio.2010  
Apreciação e votação do Parecer: 18.Maio.2010

- Projecto de Lei n.º 238/XI/1ª –BE-PCP-PEV - Requisitos do concurso anual com vista o suprimentos das necessidades transitórias de pessoal docente para o ano escolar 2010-2011

Relator: A indicar pelo PS  
Apresentação na Comissão: 12.Maio.2010  
Apreciação e votação do Parecer: 18.Maio.2010

- Projecto de Lei n.º 239/XI/1ª – BE - segunda alteração ao estatuto do aluno dos ensinios básico e Secundário, aprovado pela Lei n.30/2002, de 20 de Dezembro e alterado pela lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro

Relator: A indicar pelo PEV  
Apresentação na Comissão: 12.Maio.2010  
Apreciação e votação do Parecer: 18.Maio.2010

**3.6.** Informou ainda que baixou à Comissão o Projecto de Resolução n.º 117/XI/1ª, do CDS/PP, que *recomenda que a avaliação de desempenho docente não seja considerada para efeitos de concurso.*

**3.7.** Referindo-se à visita ao Centro de Alto Rendimento das Caldas da Rainha, que se encontra agendada para o dia 30 de Abril, comunicou que se aceitam ainda inscrições até ao final daquele dia, encontrando-se inscritos os seguintes Deputados:

- Deputado Luiz Fagundes Duarte
- Deputado João Sequeira
- Deputado Luísa Santos
- Deputado Paulo Barradas
- Deputado Paulo Cavaleiro

- Deputado Artur Rego
- Deputado Nuno Araújo

**3.8.** A Senhora Deputada Vânia Jesus (PSD) apresentou duas propostas de datas para a visita da Comissão à Região Autónoma da Madeira, tendo sugerido os dias 10 ou 24 de Maio.

**4. Petição n.º 51/XI/1ª** que “Solicitam a suspensão e posterior alteração, do regime de prescrições no ensino superior, previsto no artigo 5.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto”

Os peticionários – Guilherme Portada, Ricardo Morgado, Miguel Portugal e Luís Rebelo – apresentaram aos principais fundamentos que presidiram ao lançamento desta Petição. De entre as preocupações apontadas, destacam-se as seguintes:

- A Lei nº 37/2003, de 22 de Agosto, que estabelece as bases do financiamento do Ensino Superior, fixa a obrigatoriedade da existência de um regime de prescrições a definir pelos órgãos competentes de cada instituição ou unidade orgânica. Nesta sequência, as instituições de Ensino Superior aprovaram regimes de prescrições muito díspares, causando situações de clara injustiça, que lesam as legítimas expectativas dos estudantes;
- Por outro lado, a aprovação dos regulamentos das instituições exigia a audição dos Conselhos Pedagógicos, o que, em muitos casos, não aconteceu;
- Existem ainda disparidades em relação às cláusulas de excepção, designadamente para os estudantes a tempo parcial e em relação aos casos de maternidade e paternidade;
- A lei é omissa no que se refere ao número de ingressos;

Assim, propõem que seja suspensa, no mínimo por dois anos, a aplicação do regime de prescrições para que seja reavaliado e, sendo caso disso, revisto no sentido de prever os diferentes perfis dos estudantes que hoje frequentam o ensino superior e de consagrar as excepções que se mostrem necessárias à aplicação do regime a vigorar.

Solicitam ainda que o regime de prescrições a vigorar nas instituições de ensino superior português seja único para todas as instituições e cursos (como acontece hoje com o reingresso, mudança e transferência de curso), de forma a que todos os estudantes do ensino superior estejam abrangidos por um mesmo regime, eliminando as situações de casos iguais terem tratamento diferente.

Interveio o Senhor Deputado Pedro Rodrigues (PSD), defendendo o regime de prescrições, mas considerando que a disparidade de regimes põe em causa o princípio da igualdade, pelo que as instituições de ensino superior deverão tomar em conta as especificidades dos cursos e dos alunos, no sentido de se evitarem situações de injustiça.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) defendeu o regime de prescrições, como forma de evitar a inscrição de alunos, durante anos a fio, em instituições que recebem financiamento público. Considerou, no entanto, incompreensível a disparidade de regimes. Por fim, colocou algumas questões aos peticionários, nomeadamente sobre a possibilidade de um aluno prescrever numa escola e poder inscrever-se numa outra.

O Senhor Deputado José Soeiro (BE) considerou que o regime de prescrições não tem em conta a diferença entre pessoas e as dificuldades no seu percurso escolar. Chamou ainda a atenção para o caso dos alunos que não beneficiam do estatuto de trabalhador estudante e que são, inevitavelmente, expulsos do sistema. Por último, salientou que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior desconhece o número de alunos que estarão em risco de prescrever.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) manifestou a sua discordância em relação ao regime de prescrições, entendendo que cria situações de injustiça e abre brechas na harmonização do funcionamento dos ciclos de estudos no ensino superior português.

O Senhor Deputado Manuel Mota (PS) considerou que a disparidade de regimes resulta da subversão da aplicação da lei, reconhecendo que existem aspectos que deverão ser denunciados, como sejam a questão da falta de audição dos Conselhos Pedagógicos ou o caso dos estudantes trabalhadores, referidos pelos peticionários. Propôs ainda a audição, na Comissão, do CRUP e do CCISP sobre esta matéria.

A Senhora Deputada Antonieta Guerreiro, enquanto relatora da Petição, colocou algumas questões aos peticionários, designadamente, no que se refere à posição dos reitores em relação a esta matéria, se a prescrição num curso implica prescrição num outro e também quanto ao número de vagas que estão em causa.

Respondendo às questões colocadas, os peticionários esclareceram que defendem o regime de prescrições, mas contestam este, em particular. Adiantaram ainda desconhecer o número exacto de alunos que estarão em risco de prescrever. Chamaram também a atenção dos Deputados para a situação dos alunos com necessidades educativas especiais, que não estão a ser tidos em conta.

Por último, pediram que esta Petição seja consequente e manifestaram disponibilidade para trabalharem com a Comissão de Educação e Ciência, no sentido de se encontrar uma solução justa e que sirva o mérito.

Foi decidido, por consenso, realizar uma audição ao CRUP e ao CCISP sobre o regime de prescrições.

Esta audição foi gravada em registo áudio.

#### **5. Projecto de Lei n.º 186/XI (BE) – Cria o Estatuto do Estudante a Tempo Parcial**

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o parecer, tendo-se, seguidamente, registado as intervenções dos Senhores Deputados José Soeiro (BE) e Nuno Araújo (PS).

O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A apresentação e votação foram gravadas em registo áudio.

#### **6. Projecto de Lei n.º 193/XI (CDS-PP) – Cria os gabinetes de apoio ao aluno e à família nos agrupamentos de escolas e escolas não integradas.**



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

A Senhora Deputada Conceição Casa Nova (PS) apresentou o parecer.

Após a intervenção do Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP), foi o mesmo aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PEV.

A apresentação e votação foram gravadas em registo áudio.

### **7. Petição n.º 31/XI/1ª “Pela salvaguarda do edifício da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha”.**

A Senhora Deputada Teresa Damásio (PS) apresentou o parecer.

Após as intervenções dos Senhores Deputados José Ferreira Gomes (PSD) e Rita Rato (PCP), foi o mesmo aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PEV.

Foi ainda decidido remeter cópia do relatório a todas as entidades que foram ouvidas, no âmbito da apreciação desta Petição.

A apresentação e votação foram gravadas em registo áudio.

### **8. Requerimento do BE, que requer a audição do Director dos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra - Dr. Jorge Gouveia Monteiro, para prestar informações sobre o regime de atribuição e pagamento de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior.**

O requerimento não foi apreciado, devido à ausência dos Deputados do Grupo Parlamentar requerente.

### **9. Outros Assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

### **10. Data da próxima reunião**

**Dia 04.Maio.2010 - 16h00**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 27 de Abril de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

**FOLHA DE PRESENÇAS**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
Bravo Nico  
Emídio Guerreiro  
Heloísa Apolónia  
João Prata  
João Sequeira  
José Ferreira Gomes  
Luiz Fagundes Duarte  
Manuel Mota  
Margarida Almeida  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nuno Araújo  
Pedro Rodrigues  
Rosalina Martins  
Sofia Cabral  
Teresa Damásio  
Vânia Jesus  
Antonieta Guerreiro  
Conceição Casa Nova  
José Moura Soeiro  
Maria Luísa Santos  
Paulo Cavaleiro  
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Manuel Rodrigues  
Paula Barros  
Raquel Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Manuela de Melo